

Automatização dos postos de trabalho obriga a rever sistemas fiscais

O fundador da Microsoft, Bill Gates, defendeu numa entrevista em fevereiro último que a automação de postos de trabalho está a afetar várias profissões em simultâneo em todo o mundo. E que, por isso, os robots que substituem postos de trabalho nas empresas devem pagar um imposto, por forma a garantir uma economia sustentável.

Cientes das mudanças que a tecnologia está a operar no mundo do trabalho, vários especialistas ouvidos pela "Vida Económica" à margem do congresso internacional de Direito do Trabalho 'Labour2030', que decorreu na Alfândega do Porto na última semana, têm dúvidas quanto à tributação pura e simples dos robots.

Têm, contudo, uma certeza: "é preciso encontrar fontes de receita alternativa resultantes da introdução de novas soluções tecnológicas no mundo do trabalho".

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomico.pt

Devem os robots pagar impostos ou, por outro lado, devem as empresas que substituem postos de trabalho por robots ser tributadas - em sede de IRC ou TSU - de forma diferente das empresas ditas tradicionais que utilizam mais mão de obra intensiva? Esta foi a pergunta lançada a vários especialistas presentes no congresso internacional de Direito do Trabalho Labour 2030, organizado pela Law Academy em parceria com a Associação de Jovens Juçalistas (AJJ) e a Cielo Laboral.

Pedro Marinho Falcão, da sociedade de advogados Nuno Cerejeira Namora, Pedro Marinho Falcão & Associados, é muito claro: "em primeiro lugar esta é uma questão que tem de ser de natureza comunitária, porque não pode haver legislação exclusiva dos Estados-membros que tributem ou não empresas tecnologicamente mais desenvolvidas". E porque? "Porque se uma empresa for tecnologicamente mais desenvolvida, mas mais tributada, tende a



Rogério Fernandes Ferreira, fiscalista.

"Esta é uma nova realidade tecnológica que está a criar desemprego" e na qual "há que pensar". Além de que "os sistemas fiscais têm de se tornar mais simples, mais automatizados, com o objetivo de obter receita"

radicar-se em países que tributem menos essas realidades", diz o jurista.

Em sua opinião, deve, pois, haver "um esforço de convergência relativamente às normas comunitárias que criem regulamentos de tributação específicos sobre empresas que produzem elementos de tecnologia".

Sobre a questão colocada pela "Vida Económica", diz que tem "algumas reservas em tributar os robots", embora saiba que é "impossível ignorar que a redução dos trabalhadores vai implicar uma redução do rendimento e, nessa medida, do imposto sobre o rendimento". E "essa nova dimensão do Estado social impõe que o Estado encontre novas formas de receita alternativa".

jurídica", mas admite que se "tributem de forma alternada as empresas que reduzam a carga salarial, como forma de compensar a receita fiscal".

A nova realidade tecnológica está a criar desemprego

A principal questão que se coloca ao fiscalista Rogério Fernandes Ferreira "é se estamos na realidade próxima ou na realidade futura, porque as respostas vão ser diferentes em função do momento em que a pergunta é colocada", diz este especialista à "Vida Económica" quando questionado sobre se os robots devem pagar impostos ou se as empresas que substituem postos de trabalho por robots devem ser tributadas diferentemente. Além de que, diz, "é preciso saber se estamos em Portugal ou noutras países com outro tipo de tecnologia".

O que é certo é que já várias indicações, diz Rogério Fernandes Ferreira, citando um estudo da McKinsey Global que diz que "51% das atividades humanas já podem ser automatizadas". Ou outro estudo da Deloitte que diz que "35% dos empregos diminuídos no Reino Unido foram-no em função da utilização das novas tecnologias". Ou ainda um outro, da Merrill Lynch, que diz que "até 2025 diminuirão nove trilhões os custos do emprego".

Ora, para o fiscalista "tudo isto tem significado". Aliás, "foi por isso que o próprio Parlamento Europeu sentiu necessidade de dizer alguma coisa, o que fez com



Gonçalo Cerejeira Namora (à esquerda) e Eduardo Castro Marques, da Associação de Jovens Juçalistas (AJJ).

balho

A solução será, pois, "não tributar o robot, mas encontrar fontes de receita alternativa resultantes da introdução de novas soluções tecnológicas"

dade de dizer alguma coisa, o que fez com a resolução de 16 de fevereiro de 2017" (ver caixa) e que comece por dizer o que é um robot, porque eles não são todos iguais".

A verdade é que o desemprego tecnológico gera diminuição de receitas de IRS e de segurança social, cria desigualdade na distribuição de rendimentos e da riqueza e implica uma readequação das estruturas, sistemas e políticas fiscais nacionais e internacionais, diz o fiscalista. E "esta é uma nova realidade tecnológica que está a criar desemprego" e na qual "há que pensar". Além de que "os sistemas fiscais têm de se tornar mais simples, mais automatizados, com o objetivo de obter receita".

Maioria dos cidadãos europeus quer continuação do Estado social

Igualmente questionado pela "Vida Económica" sobre os avanços tecnológicos no mundo do trabalho e as suas consequências, nomeadamente para o Estado social, Vitor Peixoto, especialista em Direito do Trabalho da sociedade Nuno Cerejeira Namora, Pedro Marinho Falcão & Associados e que interveio sobre o futuro do estado social na UE, não tem dúvida: "a União Europeia vai ter de se reinventar".



Vitor Peixoto, especialista em Direito do Trabalho da sociedade Nuno Cerejeira Namora, Pedro Marinho Falcão & Associados.

Na sua apresentação citou um estudo da UE que revela que oito em cada 10 europeus consideram que o desemprego, as desigualdades e a migração são os três maiores desafios que a União enfrenta. E defendem que a economia de mercado deve ir a par com níveis elevados de proteção social.

Ora, questionado sobre isto, Vitor Peixoto acha "curioso": "os cidadãos continuam a querer o Estado Social". "Mesmo depois de todas as crises que passámos, é muito interessante ver que os cidadãos europeus maioritariamente querem que o Estado social continue e não se importam de continuar a pagar", reforça o jurista, frisando que a maioria dos cidadãos europeus

"admite a economia de mercado, mas quer uma continuidade da proteção social".

Sendo assim, "há que o reinventar, há que arranjar sustentabilidade, há que criar meios para cobrar impostos", diz Vitor Peixoto. "Não sei se vamos cobrar taxa social única sobre os robots ou se é imposto de selo, mas vamos ter de nos reinventar", dir, inclusive "ao nível da evasão fiscal, que é outro problema".

Para este especialista, não há dúvidas: "se conseguirmos trazer mais gente para o sistema podemos baixar os impostos a toda a gente". Por outro lado, podemos "continuar a viver com os robots e conseguir que a Europa continue a ser o melhor sitio para se viver".

Parlamento Europeu exige "sistema abrangente de registo de robots" na UE

Dados recolhidos pelo Parlamento Europeu (PE) revelam que, entre 2010 e 2014, "o aumento médio nas vendas de robots se situou em 17% ao ano e que as vendas de 2014 registaram uma subida de 29%, o maior aumento anual de sempre". Os fornecedores de componentes automóveis e a indústria eléctrica/eletroónica são os principais motores do crescimento, também se registando um movimento crescente nos processos de registo de patentes em tecnologia robótica, que "triplicaram na última década". O PE também acha que, "numa perspetiva de longo prazo, a tendência atual para o desenvolvimento de máquinas inteligentes e autónomas, com a capacidade de pensar e de tomar decisões de forma independente

não implica apenas vantagens económicas, mas, também, um conjunto de preocupações relacionadas com os efeitos diretos e indiretos para a sociedade no seu conjunto". Assim, numa Resolução datada de 16 de fevereiro, o PE fez um conjunto de recomendações à Comissão Europeia em matéria de robótica. Definiu como um robot inteligente qualquer equipamento com as seguintes características:

- aquisição de autonomia através de sensores e/ou da troca de dados com o seu ambiente (interconectividade) e da troca e análise desses dados;
- autoaprendizagem com a experiência e com a interação (critério opcional);
- um suporte físico mínimo;

- adaptação do seu comportamento e das suas ações ao ambiente;
- inexistência de vida no sentido biológico do termo.

Face a isto, o PE considera que "deveria ser introduzido um sistema abrangente de registo de robots avançados no mercado interno da União", sempre que tal seja pertinente e necessário para certas categorias específicas desses equipamentos. Por outro lado o Parlamento insta a Comissão a "definir critérios para a classificação dos robots que deveriam ser registrados" e ainda a "ponderar se seria desejável que o sistema de registo e o registo fossem geridos por uma Agência da UE para a Robótica e a Inteligência Artificial".